

À SEPLAG/MG,

Ref. CONSULTA PÚBLICA – PPP UAI/2012 Fase 2

Objeto: Consulta pública referente à concessão administrativa a implantação, gestão, operação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado (UAI), em Municípios de Minas Gerais.

Prezados Senhores,

A Construtora Cowan S/A, por seu representante legal, apresenta as seguintes sugestões e comentários ao processo de Consulta Pública em epígrafe:

PPP UAI/2012 – Fase 2

ITEM	Item do Edital / Contrato / Anexos	Sugestão	Justificativa
1	5.1 - Edital	O Edital estipula um prazo de concessão de 17 anos. Sugerimos alterar para 20 anos.	Para se ter uma viabilidade do projeto adequada, torna-se necessário um prazo maior. Sugerimos adotar o mesmo prazo da licitação do UAI- Fase 1.
2	18.2 – Edital	$NT = [IRC - 0,4] / 0,6 \times 100$ Sugerimos retornar o critério de cálculo da NT pela metodologia do edital UAI-fase 1, ou seja, pela pontuação dos atestados. Fixar o IRC para todos os licitantes, em 20%.	Se o IRC for 0,4 a Nota Técnica (NT) será zero, mesmo tendo o impacto do QID sobre 40% do valor da Contra Prestação. Desprezar uma NT com IRC de 0,40 é muito penoso. Também, tecnicamente, entendemos que é mais justo julgar o licitante pela sua experiência comprovada e pontuada, conforme foi o edital do UAI-Fase 1. O índice IRC é um critério que impacta mais comercialmente do que tecnicamente, pois, impacta o valor do VPA diretamente. Entendemos que colocá-lo como variável de Nota Técnica, é inadequado.
3	10.2 - Contrato	Sugerimos que sejam explicitados no Edital os ativos a serem dados em garantia, ou, os valores de títulos da dívida pública federal a serem disponibilizados (igual ao adotado no edital da fase I).	Os agentes financiadores exigirão do projeto uma garantia explícita e sólida do Poder Concedente em relação aos pagamentos a serem feitos à Concessionária.

4	12.4 – Contrato	O Contrato prevê que Receita Acessória será compartilhada com 20% da receita bruta dessa modalidade, para o Estado. Sugerimos alterar para 20% do <u>lucro líquido</u> que a receita acessória vai gerar para o Concessionário.	É mais cabível compartilhar o Resultado Líquido da receita adicional do que a Receita Bruta, haja visto, que para a implementação da mesma existirão investimentos, impostos e custos inerentes.
5	14.5 - Contrato	O Contrato prevê que a integralização do Capital Social da SPE relativa à 2ª parcela deva ser feita ao final do 1º. Quadrimestre. Sugerimos alterar a integralização da 2ª parcela para o final do 48º. mês (após implantação da última cidade).	Ao final do 48º. mês será o término da implantação da UAI da última cidade.
6	14.5 – Contrato	O Contrato prevê uma 2ª parcela de integralização de capital na SPE . Sugerimos que essa integralização da 2ª parcela seja cumulativa, ou seja, o valor exigido terá considerado o valor da 1ª parcela já integralizado no ato da assinatura do Contrato	O valor do Capital Social integralizado total na SPE não deve ser maior do que 25% do valor dos investimentos previstos, haja visto, os financiamentos a serem obtidos pela SPE.
7	Anexo III – 2.1.15	Governo garante uma demanda mínima de 70% da demanda projetada . Sugerimos alterar para 85% da demanda projetada pela Concessionária.	O risco de demanda de 30% é muito alto para a Concessionária, haja visto, que os agentes financiadores considerarão tal aumento de risco na definição das condições dos financiamentos.
8	21.1.17 –Anexo III	Está previsto o mecanismo da Demanda Ajustada a cada 2 anos, para o caso da demanda real for menor ou igual a 50% da demanda projetada. Sugerimos que no momento do cálculo da demanda ajustada a cada 2 anos, obrigatoriamente, a Concessionária terá direito ao re-equilíbrio contratual.	Entendemos que o VPA, formado por custos fixos e variáveis, necessitará de ser aumentado para compensar a redução da demanda, a fim de reequilibrar o contrato. No início havia uma coerência do valor do VPA com a demanda prevista. Se isso for alterado, torna-se necessário uma revisão também no valor do VPA.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 11 de Outubro de 2012

Representante Legal: Pedro Bernardes de Melo
RG: 1.113.026 SSP/MG
CPF: 311.597.026-91